



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERIR COPIA ORIGINAL

Brasília, 1º / 08 / 2007

Silvio Siqueira Barbosa  
Mat. Sipe 91745

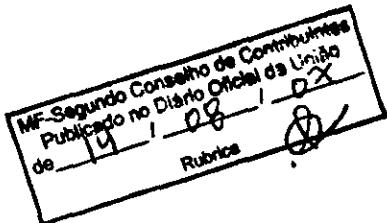
SSB

2º CC-MF  
FL.

Processo nº : 11610.021294/2002-11  
Recurso nº : 134.620  
Acórdão nº : 201-79.705

Recorrente : INDÚSTRIA GRÁFICA JANDAIA LTDA. (nova denominação: Bignardi - Ind. e Com. de Papéis e Artefatos Ltda.)

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP



#### IPI. RESSARCIMENTO. SALDO CREDOR. COMPROVAÇÃO.

Quando dados ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará o indeferimento do pleito.

#### Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INDÚSTRIA GRÁFICA JANDAIA LTDA. (nova denominação: Bignardi - Ind. e Com. de Papéis e Artefatos Ltda.).

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2006.

*Josefa Maria Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Fabiola Cassiano Keramidas*  
Fabiola Cassiano Keramidas  
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Gileno Gurjão Barreto, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, José Antonio Francisco e Cláudia de Souza Arzua (Suplente).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11610.021294/2002-11  
Recurso nº : 134.620  
Acórdão nº : 201-79.705

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 1º/08/2007  
Silvio Siqueira Barreto  
Mat. Siage 91745

2ª CC-MF  
Fl.

Recorrente : INDÚSTRIA GRÁFICA JANDAIA LTDA. (nova denominação: Bignardi - Ind. e Com. de Papéis e Artefatos Ltda.)

## RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ressarcimento de IPI formulado com fundamento no art. 11 da Lei nº 9.779/99, no valor de R\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais), referente a saldo credor supostamente apurador no 3º trimestre de 1999 (fls. 2/23).

Em 26/05/2003 (fl. 31 - Aviso de Recebimento positivo), a recorrente foi intimada, nos termos do art. 67 da Lei nº 9.532/97, para apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, com o objetivo de complementar a documentação acostados a este processo administrativo (fls. 28/30):

- cópia dos termos de abertura dos livros fiscais modelo 1, modelo 2 e modelo 8, e sendo escriturados por processamento eletrônico de dados, cópia do pedido/comunicação recepcionado pelas repartições Estadual e Federal;

- cópias das folhas do livro de Registro de Apuração do IPI (mod. 8) referentes ao último decêndio de dezembro de 1998 e primeiro decêndio de janeiro de 1999;

- cópia do livro de Registro de Apuração do IPI (mod. 8), onde conste o estorno do crédito correspondente ao valor solicitado (Demonstrativo de Débitos - Ressarcimento de Créditos);

- havendo saldo credor na escrita fiscal em 31/12/1998, demonstrativo do seu esgotamento, devidamente assinado por representante legal, para que possa haver a fruição do benefício conforme previsto na IN SRF nº 33/99, art. 5º, § 3º;

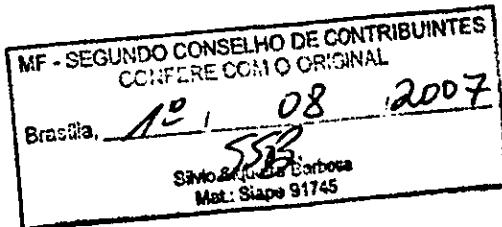
- cópias dos recibos de entrega das últimas 4 (quatro) declarações com dados do IPI (DIPI - Declaração do IPI até 1997 e DIPJ a partir do ano calendário de 1998), ou, quando for o caso, declaração, sob as penas da lei, de que estava dispensado de sua apresentação, com a fundamentação legal;

- relação dos produtos fabricados e/ou comercializados pelo estabelecimento no trimestre calendário cujo saldo credor é objeto do pedido de ressarcimento, indicando, para cada produto, a respectiva classificação fiscal, descrição ou nome comercial da mercadoria, forma de tributação e alíquota aplicável, devidamente assinado por representante legal, acompanhada do arquivo magnético na forma do item 5.2 da Ordem de Serviço, que descreve;

- declaração de que não fabrica produtos não tributados (NT) ou demonstrativo de que estornou os créditos de IPI na proporção da aplicação das matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem na produção dos mesmos, devidamente assinado por representante legal;

- relação dos créditos do trimestre calendário cujo saldo credor é objeto do pedido de ressarcimento, totalizada na última folha, devidamente assinado por representante legal, abrangendo:

*Joa*



Processo nº : 11610.021294/2002-11  
Recurso nº : 134.620  
Acórdão nº : 201-79.705

- as notas fiscais de aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, que geraram direito aos créditos, indicando para cada aquisição o fornecedor (razão social e CNPJ), número e série da nota fiscal, data da entrada no estabelecimento, Código Fiscal da Operação - CFO, valor da nota, valor do IPI creditado e meio de pagamento;

- os demais créditos do trimestre calendário, sua origem, código, valor, de forma que somados ao anterior correspondam ao total dos créditos do período;

- resumo da escrituração do livro Registro de Apuração do IPI (mod. 8) por Código Fiscal de Operação - CFO;

- cópia de 30 (trinta) notas fiscais de aquisição referentes ao período de apuração onde tenha havido registro do maior crédito de IPI do processo;

- cópias de 05 (cinco) notas fiscais de saída de cada Código Fiscal de Operação - CFO, relativamente ao período de apuração onde tenha havido registro do maior crédito de IPI do processo;

- cópias das folhas do livro Razão, onde estejam registrados os lançamentos contábeis relacionados ao valor objeto do pedido, bem como das folhas dos livros Diário e Razão, onde esteja registrado o lançamento contábil correspondente ao estorno do crédito solicitado;

- apresentar novo formulário de pedido de ressarcimento de crédito do IPI, devidamente assinado pelo representante legal da requerente, conforme cláusula 4ª do Contrato Social da mesma, que determina que a sociedade será representada por dois diretores em conjunto ou um diretor e um procurador ou dois procuradores;

- cópia do CIC ou do RG do signatário do pedido de ressarcimento; e

- cópia de procuração outorgada ao signatário mencionado no item 16 supra, se aplicável.

Em 31/07/2003 (fl. 32) foi lavrado o Termo de Informação Fiscal noticiando o não-cumprimento da intimação expedida, pelo que foi proposto o indeferimento do pedido de ressarcimento em análise.

Lavrrou-se, em 21/09/2004, o Parecer Seort/DRF/OSA nº 344/2004 (fl. 34), o qual, aprovado pelo Delegado da Receita Federal em Osasco - SP (fl. 35), indeferiu o pedido da ora recorrente.

Intimada no mesmo endereço, inclusive em que o fora para complementar a documentação de seu pedido (fls. 37 e 31), a recorrente apresentou sua manifestação de inconformidade, pugnando pela reforma da decisão de indeferimento ou pela concessão de novo prazo para o cumprimento da intimação inauguralmente recebida (fls. 65/65).

Para tanto sustentou a recorrente:

(i) a regularidade de seu pedido de ressarcimento;

(ii) que competiria às autoridades fiscais diligenciar ao seu estabelecimento, caso precisassem certificar a veracidade dos documentos e/ou informações prestadas;

4/11



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11610.021294/2002-11  
Recurso nº : 134.620  
Acórdão nº : 201-79.705

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília,	10, 08 / 2007
Sílvio Silveira Carboza	
Mat.: Siepe 91745	

2º CC-MF
Fl.

- (iii) que nunca recebeu a intimação de fl. 28; e  
(iv) que as solicitações feitas na referida intimação escapam aos limites da IN nº 210/2002.

Reunidos em Sessão de Julgamento, os Membros da 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP indeferiram a manifestação, sob o fundamento de que (fls. 71/73):

- *"Quando dados ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará o indeferimento do pleito."*

Intimada uma vez mais (fl. 75) - no mesmo endereço das intimações precedentes (fls. 37 e 31) -, a recorrente interpôs recurso voluntário (fls. 76/81), reprisando os mesmos argumentos de sua impugnação, razão pela qual foram os autos encaminhados a esta Colenda Câmara do 2º Conselho de Contribuintes (fl. 82).

É o relatório.



Processo nº : 11610.021294/2002-11  
Recurso nº : 134.620  
Acórdão nº : 201-79.705

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

O recurso voluntário reúne as condições de admissibilidade, pelo que dele o conheço.

Em seu mérito, todavia, a irresignação da recorrente não prospera.

Em primeiro lugar, cumpre dizer que o pedido de ressarcimento não foi formulado de sorte a demonstrar categoricamente o direito creditório da recorrente, razão pela qual se mostra procedente a intimação expedida no sentido de complementar documentalmente este processo administrativo, exatamente como facultado pelo art. 17 da Instrução Normativa nº 210/2002:

*"Art. 17. A autoridade da SRF competente para decidir sobre o pedido de ressarcimento de créditos do IPI poderá determinar a realização de diligência fiscal no estabelecimento da pessoa jurídica a fim de que seja verificada a exatidão das informações prestadas."*

Ao contrário do que argumenta a recorrente, não temos dúvidas de que o artigo acima transcrita não faculta somente à autoridade da SRF a determinar *"a realização de diligência fiscal no estabelecimento da pessoa jurídica"*, assim entendida, numa interpretação literal e isolada deste artigo, a ida de servidores públicos ao estabelecimento da requerente para lá realizarem seus trabalhos de fiscalização.

Encerra, em bem da verdade, uma faculdade ampla dirigida à autoridade administrativa, que poderá, *"a fim de verificar a exatidão das informações prestadas"*, determinar a realização de diligências da forma como couber e convier à administração pública, tudo em conformidade com o princípio da economia, corolário do princípio da eficiência da administração pública (CF, art. 37, *caput*).

Evidencia-se, portanto, a correção da intimação expedida, a qual, inclusive, encontra suas balizas na própria IN nº 210/2002.

Ato contínuo, desconsidero o argumento da recorrente, levantado no sentido de que não teria recebido a Intimação de fls. 28/30, tendo em vista o Aviso de Recebimento devidamente assinado e que dos autos consta à fl. 31, bem como a confissão perpetrada em trecho de sua peça recursal. Ei-lo:

*"Embora e de fato a Delegacia da Receita Federal em Osasco tenha expedido o Termo de Intimação nº DRF/OSA/SAPAC Nº 141/2003, com data de 21 de maio de 2003 (fls. 28/31 dos autos), no qual referido Órgão Fazendário requereu a apresentação de diversos documentos por parte da Recorrente visando a apreciação do requerimento de ressarcimento, a Recorrente JAMAIS recebeu descrita intimação, isto porque, houve extravio de documentos no período em questão, na unidade fabril da Recorrente; extravio este que se configura em um CASO FORTUITO e pelo qual a Recorrente não pode ser responsabilizada."*

Entendo desta forma, ressalte-se, pois não concebo lógico o extravio da intimação sem que a recorrente tenha-a recebido.

*Silvio*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 1º 08 2007

Silvio S. Barbosa  
Mat.: Sape 91745

2º CC-MF  
FI.

Processo nº : 11610.021294/2002-11  
Recurso nº : 134.620  
Acórdão nº : 201-79.705

Quanto à excludente de responsabilidade levantada pela recorrente - que reafirma o recebimento da intimação -, afasto-a do presente caso, inicialmente porque não foi carreada a este processo nenhuma prova que demonstrasse o extravio da intimação em sua unidade fabril. Além disso, entendo que o extravio de correspondências dentro do próprio estabelecimento da recorrente indica, no mínimo, a existência de culpa na modalidade *in vigilando*, que não representa, portanto, escusa válida para o não atendimento da intimação em destaque.

Por fim, voltando minha atenção ao pedido de resarcimento propriamente dito e tendo em vista: (a) que não ficou demonstrado suficientemente o direito de crédito da recorrente; e (b) que a recorrente, mesmo intimada, deixou de trazer aos autos a documentação faltante, estando preclusa, portanto, a prática deste ato, JULGO IMPROCEDENTE o recurso voluntário interposto, mantendo, assim, irretocada a decisão de 1ª instância.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2006.

FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS